

## HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E CURRÍCULO NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES

*ANDIRANA Oliveira Lima<sup>1</sup>*

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

*MARCOS Alves Moreira<sup>2</sup>*

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

### **Resumo:**

O presente artigo pretende refletir acerca da construção da imagem dos povos africanos e afro-brasileiros através dos livros didáticos, bem como o cumprimento da lei 9394/96 em seu artigo 26-A incisos 1º e 2º, por via de uma pesquisa documental que investigou livros didáticos de história do 6º ano do ensino fundamental em duas escolas no município de Vitória da Conquista, sendo uma da esfera pública e outra da esfera privada. No intuito de entender como o currículo nos livros didáticos tem colaborado para o cumprimento da lei 10.639 de 2003 que incluiu o ensino da cultura africana e afro-brasileira em todo âmbito do ensino da educação básica, tanto em instituições públicas quanto em privadas. Bem como pelo que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana do ano de 2004. Contudo, conclui-se a pesquisa deixando uma reflexão no que concernem as práticas racistas no Brasil e o papel dos livros didáticos no ensino escolar em face desta realidade.

**Palavras-chave:** Cultura afro-brasileira. História. Livro didático.

Segundo Oriá (1996), os livros didáticos, principalmente os de história, verticalizam uma imagem dos povos europeus e africanos com uma primazia constante em seus conteúdos, de forma que os “brancos” (europeus) são concebidos de forma heroica e participativa na construção da identidade brasileira elitizada, enquanto que para os africanos “negros” restou o legado da escravatura e da imagem pejorativa, preconceituosa e estereotipada. Escamoteando dessa forma a participação desse segmento na construção da identidade Brasileira.

Os parâmetros curriculares Nacionais, para o ensino de história do ensino fundamental, enfocam que o Brasil possui características fundamentais, sociais, materiais e culturais que encontram-se permeadas por diferentes povos. Uma vez que a construção da identidade brasileira encontra-se misturada a desses povos (africanos), faz-se necessário que se conheça o processo histórico progressivamente de forma que haja sentimento de pertença ao país. (PCN, 1997). Ainda, conforme Oriá (1996, p. 45)

---

O que se observa nos livros didáticos do ensino fundamental, apesar das renovações teórico-metodológicas, é uma primazia constante pela cultura

monocultural e eurocêntrica do nosso passado, desrespeitando a visão e presença do índio antes do processo de colonização. Exalta-se a chegada dos desbravadores colonizadores portugueses como únicos responsáveis pela ocupação do nosso território, ignorando, no entanto, a presença dos índios que já habitavam o Brasil antes destes, como também o genocídio e etnocídio cometidos contra estes, que eram milhares na época do descobrimento do Brasil e atualmente se encontram numa população pequena segundo pesquisas.

No entanto, o presente artigo tem como recorte a ser averiguado o ensino da cultura africana e afro-brasileira, adentrando em questões que retratem a imagem do negro nos livros didáticos de forma que possibilite uma compreensão por parte dos educandos pertinente a realidade, desfazendo estereótipos herdados pela nação brasileira que como consequência trouxe o preconceito racial, que causa grande repercussão na sociedade especialmente o que se refere ao espaço escolar (GONÇALVES, 2007, p.10).

Nesse sentido, surgem as indagações: como os conteúdos históricos sobre os povos africanos estão sendo abordados nos livros didáticos de história do 6º ano do ensino fundamental? Será que esses conteúdos estão sendo ministrados de forma crítica e reflexiva sobre o processo histórico, de forma que haja, de fato, sentimento de pertinência ao país? Será que o ensino ministrado está em consonância com a lei e de acordo com a realidade educacional do corpo discente, de forma que se consolide tal aprendizado para o respeito étnico-racial e as diversidades culturais? São questões que devem ser pensadas e analisadas. Segundo Gadotti (1992, p. 43),

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo, diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais.

No entanto, existem questões a serem pensadas em relação aos livros didáticos, no que concerne aos diálogos com as culturas, uma vez que estes compõem o processo intermediário de ensino nas escolas, a forma como estes estão transmitindo os conteúdos para os alunos é umas das questões a serem analisadas, visto que o objetivo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) é corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.

Por esta razão faz-se necessário que os livros didáticos abordem as questões raciais e culturais dando segmento ao respeito étnico-racial, consolidando uma aprendizagem que valorize a cultura africana e a participação do negro na sociedade, e não que a trate com detrimento em relação às demais.

Visto que vivemos em uma sociedade onde o preconceito e a violência têm acontecido com uma frequência assídua e o desconhecimento por parte da sociedade em seu processo histórico, que está sempre pautada na cultura eurocêntrica os separa da totalidade. Faz-se necessário que o ensino e as abordagens dos livros didáticos concedam princípios norteadores para os educandos, demonstrando e reforçando positivamente a participação do negro na construção da identidade brasileira a fim de incentivar o conhecimento e desfazer preconceitos e mitos, tentando unificar a participação desses povos a realidade social existente atualmente (ÓRIA, 1996).

O fato de vivermos em uma sociedade onde várias culturas se entrecruzam e onde as diversidades são múltiplas especialmente no que se refere ao espaço social escolar, faz-se necessário que se ensine desde a infância o respeito às diversidades e ao seu semelhante, para que dessa forma as crianças cresçam de posse do conhecimento da identidade nacional brasileira e respeitando seu semelhante como tal.

A lei 10.639/03<sup>2</sup> afirma que os conteúdos referentes à cultura afro-brasileira e africana deverão estar sendo ministrados em todo âmbito do currículo escolar da educação básica, nos estabelecimentos de ensino público e privado. No entanto, tenho como recorte na referida pesquisa, os livros didáticos para o ensino de história do 6º ano do ensino fundamental, de duas instituições de ensino, sendo uma pública e outra privada, através de análise de conteúdo e documental deste material, no intuito de perceber como a lei vendo sendo cumprida por parte das referidas instituições de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) no seu artigo 26-A assegura que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

---

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras (Redação dada pela lei nº 11.645, de 2008).

Forquin (1993, p. 168) ressalta que “educar, ensinar, é colocar alguém em presença de certos elementos da cultura a fim de que ele deles se nutra, que ele os incorpore à sua substância, que ele construa sua identidade intelectual e pessoal em função deles”. Nessa linha de pensamento os educandos precisam ser conhecedores do seu processo histórico, das diversas maneiras que os povos africanos, através da culinária, religião, dança, música entre uma infinidade de culturas participou do princípio de construção da identidade brasileira, de forma que muitos dos nossos costumes encontram-se vinculados aos destes. Além de construir uma imagem positiva do negro e da cultura africana na sociedade brasileira, desfazendo preconceitos e estereótipos.

Segundo Guimarães (1999), o termo racismo, bastante empregado para definir preconceito étnico-racial, teve sua origem na antiguidade no sentido biológico de cores e traços da fisionomia; no sentido atribuído pela atualidade, este conota o sentido de diferencialismo cultural, status e posição social advindo e redimensionados a partir da cor da pele.

A noção de racismo no Brasil encontra-se diferenciada de outros países. Segundo Guimarães (1999) pode-se citar as diferenças dessa concepção, comparando-a a concepção norte-americana, onde a primeira entende e define este termo relacionando-o as diferenças ancestrais e biológicas do processo, enquanto que o segundo (Brasil) faz essa relação a partir da cor da pele dos sujeitos, atribuindo a estes uma visão de subalternos e de baixo status, onde a cor da sua pele acaba por definir a priori o papel intelectual e social destes, com detrimento em relação à cor “branca” que assume os padrões eurocêntricos civilizados, e mais elevados na sociedade.

E é nesta visão que se entende o termo raça no Brasil. “Com a substituição da ordem escravocrata por outra ordem hierárquica, a cor passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para a ‘raça’” (GUIMARÃES, 1999, p.48). Nesse sentido, entende-se que desde o Brasil colonial, quando os negros africanos aqui desembarcaram, ser negro era sinônimo de trabalho físico (braçal), escravo, pobre e desprovido de educação, visto que estes não tinham acesso ao ensino na época. Enquanto que o status social mais elevado e de privilégios

pertencia à elite, os “brancos”. Em outras palavras o “branco” existia para o mando e os negros para a obediência, começando a partir daí estabelecer os padrões e estereótipos de acordo a cor da pele. Contudo, este legado do passado estabeleceu modelos a serem seguidos na sociedade que, conforme Guimarães (1999, p. 49)

A clareza da pele estava diretamente relacionada à maior status social e a maior honra; enquanto a cor mais escura estava associada tanto com o trabalho físico dos escravos e dos índios, quanto, visualmente com a infâmia dos conquistados.

Onde se pode compreender uma das razões pelas quais se estabeleceu uma visão estereotipada acerca dos povos e das nações, estabelecendo um modelo de sujeitos a partir da “cor” de sua pele. Onde o negro é visto como inferior e pouco dotado de capacidades intelectuais, ou seja, uma visão negativa foi instaurada acerca dos povos de pele negra.

### **Pesquisa exploratória**

A história é a ciência humana básica na formação do aluno, pela possibilidade de fazê-lo compreender a realidade que o cerca, e conseqüentemente, obter um olhar crítico e fazê-lo interpretar essa realidade. Para ter um bom ensino, é preciso conhecer a fundo nossa história e nossos antepassados (PCN, 1997).

Respaldo nestes argumentos bem como na lei 10.639 de 2003, compreende-se a importância do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira.

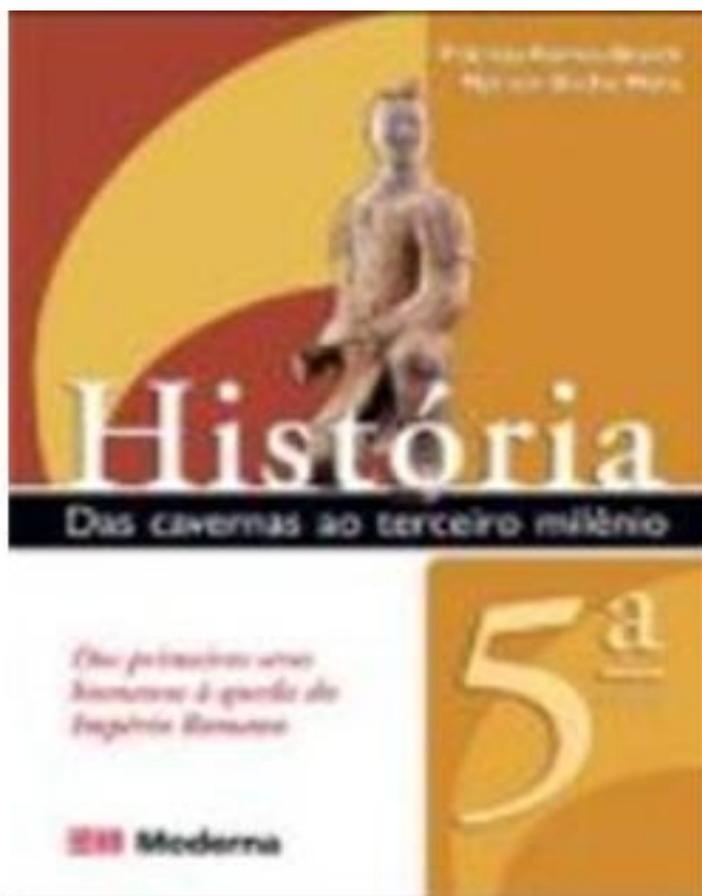
Por esta razão, foram selecionadas duas escolas de Vitória da Conquista-BA, sendo uma da rede privada, Nova Escola, localizada no bairro Candeias e outra da rede pública, Rafael Spínola, localizada no bairro Brasil, realizando um levantamento documental do livro didático de História do 6º ano do ensino fundamental dos quais ambas adotaram no ano de 2012.

Após reunião pedagógica anual que visa escolher qual o tipo de livro em que vai adotar para o ensino, a escola da rede pública estadual Rafael Spinóla Neto optou pelo livro intitulado: História das Cavernas ao Terceiro Milênio das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, publicado pela editora moderna em 2ª edição no ano de 2006 em São Paulo, o qual se encontra dividido em 15 capítulos, sendo eles intitulados como:

> Capítulo 1: A história e o historiador p. 13 a p.22.

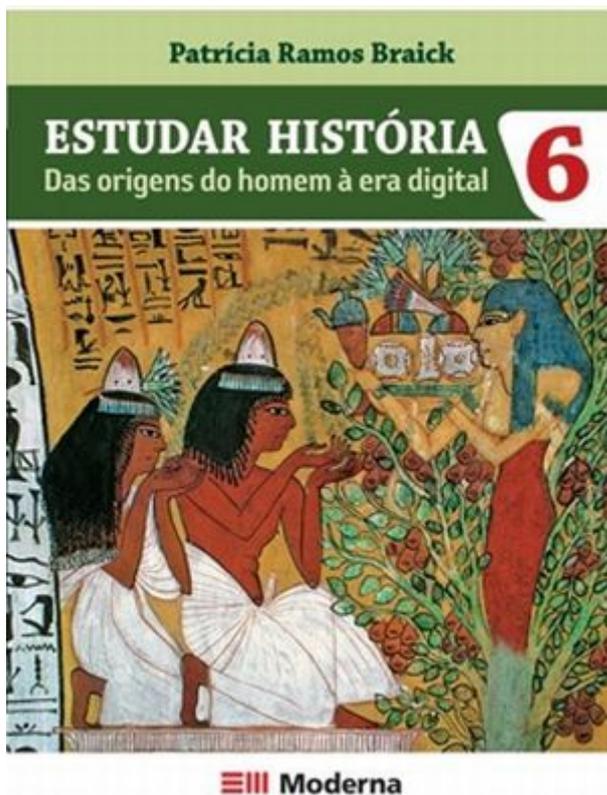
> Capítulo 2: O tempo e a história p.23 a p.39.

- > Capítulo 3: Os primeiros grupos humanos p.40 a 51.
- > Capítulo 4: As primeiras aldeias e cidades p. 52 a 65.
- > Capítulo 5: O povoamento da América p.66 a 81.
- > Capítulo 6: Mesopotâmia: terra entre rios p.82 a 91.
- > Capítulo 7: A civilização egípcia p.92 a 109.
- > Capítulo 8: O reino de cuxe e os berberes do deserto p.110 a 121.
- > Capítulo 9: Índia, China e Japão p.122 a 139.
- > Capítulo 10: Hebreus, fenícios e persas, p. 140 a 163.
- > Capítulo 11: Grécia: o berço da cultura ocidental, p. 164 a 180.
- > Capítulo 12: Grécia do esplendor à conquista Macedônica, p. 181 a 192.
- > Capítulo 13: A formação do império romano, p.193 a 210.
- > Capítulo 14: O apogeu da civilização romana, p. 211 a 226.
- > Capítulo 15: A crise de Roma e o Império Bizantino, p. 227.



Já na Nova Escola, da rede privada de ensino, também através de reunião pedagógica no ano de 2012, foi adotado o livro: Estudar História: das origens do homem a era digital, publicado pela autora Patrícia Ramos Braick, através da editora moderna no ano de 2011, em 1ª edição, que se encontra dividido em 12 capítulos, sendo eles intitulados como:

- < Capítulo 1: O que é história? P. 10 a 19
- < Capítulo 2: A história, o tempo e o espaço p. 20 a 31
- < Capítulo 3: O ser humano em busca de suas origens p. 32 a 47
- < Capítulo 4: A origem da cidade p. 48 a 63
- < Capítulo 5: Os primeiros habitantes da América p. 64 a 79
- < Capítulo 6: Mesopotâmia e Egito p. 80 a 107
- < Capítulo 7: A Núbia e o reino de Cuxe p. 108 a 117
- < Capítulo 8: Hebreus e Fenícios p. 118 a 135
- < Capítulo 9: A civilização Grega p. 136 a 151
- < Capítulo 10: Cultura e Cotidiano na Grécia Antiga p. 152 a 169
- < Capítulo 11: A civilização romana p. 170 a 187
- < Capítulo 12: Expansão e crise do império romano p. 188 a 212



Nestes livros como é possível observar em seus próprios títulos dos sumários, não se encontram presentes nenhum assunto que tenha relação com o ensino da história da cultura afro-brasileira. Onde no didático da rede privada esperava-se esta abordagem na sugestão do capítulo 5 “Os primeiros habitantes da America”, no entanto esta não foi realizada.

Os assuntos os quais são abordados nos mesmos tratam de outros fatos da história que não tem relação alguma com o ensino da cultura afro-brasileira, só apareceu em uma única página em se tratando da história do Brasil, como leitura complementar, uma curiosidade sobre os Tupis-Guaranis na página 75, do livro: História das cavernas ao terceiro milênio da escola da rede pública Rafael Spinóla. Quanto à dos povos africanos, nenhum relato.

Também no livro Estudar história, das origens do homem a era digital da escola da rede privada Nova Escola, em se tratando no que se refere à cultura africana e afro-brasileira também não é abordado.

A Lei 9394/96 com emenda da lei 10.639/03 prevê que as escolas devem trabalhar com o ensino da cultura africana e afro-brasileira, especialmente na história do Brasil, uma vez que essas práticas estão presentes no nosso dia a dia e essas histórias de lutas e conquistas fazem parte da história brasileira, mas o que nota-se é que são superficialmente abordados, quando são abordados nos livros didáticos (NOGUEIRA, 2009).

O objetivo da pesquisa foi observar se estão sendo ministrados devidamente no 6º ano do ensino fundamental, assuntos da história da cultura dos povos africanos, bem como a imagem construída através de relatos. Conforme prevê a LDB 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de história do ensino fundamental. Segundo a LDB 9394/96 no capítulo II da educação básica inciso 4º:

O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

São versões um tanto utópicas, uma vez que quando se analisa as abordagens dos livros do 6º ano depara-se com muitas situações da história contemporânea e antiga de outros povos, principalmente europeus, as que se referem as matrizes africanas, não estão presentes, embora talvez essas abordagens possam ser feitas em séries anteriores ou posteriores a esta.

Mas o fato é que o 6º ano é uma série do ensino fundamental, e a lei é clara quanto a aplicação destes conteúdos; a Lei 9394/96 afirma que a história da África precisa estar obrigatoriamente inserida em todas as séries do ensino fundamental que abrangem do 1º ao 9º ano. Tanto quanto, no ensino médio do 1º ao 3º ano. Ou seja, em toda a educação básica este conteúdo deveria ser ensinado.

Contudo, ainda em relação à análise dos livros didáticos, observa-se que, com o passar dos anos, os livros vão ficando cada vez mais resumidos, a organização de conteúdos são bem elaborados, porém na história do Brasil e da África não constam, de forma satisfatória, no trato das questões relacionadas ao que determina a Lei 10.639/03. Nesse sentido, não tem sido cumprido a contento aquilo que está assegurado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), quando este determina que é preciso

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país.

Em contrapartida, o que se encontra nos livros são apenas alguns relatos num pequeno texto, recortes, contando um pouco sobre os habitantes do Brasil antes da descoberta (índios) de forma bastante resumida. O que torna impossível por parte dos educandos um entendimento preciso que lhe faça ter sentimento de pertinência de fato pelas raízes que permeiam a cultura brasileira, como prevê a lei.

## **Conclusão**

Os sentidos da existência e da história dos povos brasileiros devem-se hoje principalmente ao trabalho, ao conhecimento e à arte dos povos negros que precedem o sentido de pertinência desse país. Nesse sentido o que deve ser ensinado nas escolas precisam estar inteiramente relacionado a essa história do passado, para aqueles que habitam no Brasil sintam-se como membros dessa trajetória de fato (BOULOS, 2002, p. 10).

Segundo Boulos (2002), os negros encontram-se presente nas histórias narradas dos livros didáticos sempre como vítimas dos senhores e como sofredores; embora os mesmos tenham sofrido de fato, os negros também se encontram dentro destes contextos como autores de sua história, e de nossa herança cultural, como exemplo, culinária, capoeira, artesanatos entre outros, tornando-se assim autores e responsáveis pela herança cultural do Brasil.

Para que haja aprendizagem significativa sobre a história do Brasil, faz-se necessário que em solo brasileiro trabalhem e ensinem sobre a trajetória dos povos africanos que se encontram intrinsecamente ligados a essa história.

Assim, os conteúdos precisam ser transmitidos de forma sólida, de forma que se ensine esse processo como um todo, sempre interligado as suas partes e não de forma desconexa e difusa como se observa nos livros didáticos adotados através das escolas. Nesse

sentido vale ressaltar que as partes dos livros didáticos, as quais abordam a história do Brasil, se encontram em evidência sobre o descaso com o ensino da trajetória dos povos negros no Brasil, uma vez que estes não adotam a história a partir de suas raízes e partes que a compõem, e sim a partir do que interessa ao sistema educacional. Não cumprindo dessa forma o que prevê a lei 9394/96 em seu artigo 26-A e incisos 1º e 2º.

Formando assim os estereótipos existentes na atualidade, que determinam o racismo. Em face desta realidade, ficam as dúvidas: Como desconstruir os preconceitos herdados pela nação Brasileira em relação aos povos africanos, se estes não vêm sendo tratados com importância? Qual é a consideração das políticas públicas quando elaboram o material didático para serem veiculados nas escolas brasileiras? É tempo de rever e praticar as teorias dos documentos jurídicos, para não correremos o risco de continuar lidando com o preconceito para o resto da vida.

## **Referências**

BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar História: Das origens do homem à era digital. 1º ed. SP. Editora Moderna, 2011.

BRAIK, Patrícia Ramos. MOTA, Myriam Becho. História: Das cavernas ao terceiro milênio. 2º Ed. SP. Editora Moderna, 2006.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC. 2004.

FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Editora artes médicas sul LTDA. 1993.

GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos, Rio de Janeiro: Graal, 1992.

HARGREAVE

GONÇALVES, Vanda Lucia Sá. Tia, Qual é meu Desempenho? : Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros. Cuiabá: Editora UFMT Edo. 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34 LTDA.1999.

JUNIOR, Alfredo Boulos. Os africanos e seus descendentes no Brasil: a resistência quilombola. SP. FTD, 2002.

[NOGUEIRA, Paloma](#), Ensino da cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica.

Disponível em:<<http://palomanogueira.blogspot.com.br/2009/04/ensino-da-cultura-afrobrasileira-nas.html>> acesso em: 19/03/2012.

Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia/ Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997.